

CAMINHOS QUE TORNAM A EDUCAÇÃO E A PREPARAÇÃO PARA O ENEM INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Antônio Carlos Maranhão Neto ¹

Jonathas Jerônimo Barbosa ²

Pedro Igor Ribeiro de Araújo Pequeno ³

Thiago José Ferreira de Souza ⁴

INTRODUÇÃO

No Brasil, se encontra um dos maiores índices de desigualdade do mundo, ocupando o 10º lugar na posição mundial, segundo os dados divulgados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do ano de 2016. Em decorrência disso, os efeitos danosos de tal cotidiano de distinções, são refletidos não apenas em desproporcionalidades econômicas, mas abrangem todos os aspectos que englobam a vida da população.

Nesse sentido, um dos principais temas, é abissal diferença de oportunidades de educação entre os grupos sociais brasileiros. Como oposto, sob a égide da lei 12.711 de agosto de 2012, o país conquistou um importante mudança de paradigma ao disponibilizar cotas nos cursos de graduação para alunos negros, pardos, indígenas, de baixa renda e da rede pública. Tal medida, tem por base a democratização do ensino superior, e busca por meio dela, como medida inicial, promover uma melhora igualitária em oferta e qualidade de todos os níveis de ensino.

Contudo, o referido dispositivo jurídico não soluciona integralmente o problema da disparidade em oportunidades educativas. Como exemplo, no nível de graduação ainda há uma estratificação horizontal baseada em diferenças de classe, gênero e raça. (CARVALHAES e RIBEIRO, 2019, v. 31, p. 195-233). Bem como, essa insuficiência em proporcionar igualdade também é um tema constante na Educação Básica, base construtiva e primária que possibilita o contato inicial de qualquer estudante com formas sistematizadas de conhecimento.

Não obstante, um dos principais aspectos que contribuem para a manutenção das desigualdades são as distinções entre as oportunidades de aprendizagem. Desse modo, a busca por caminhos que ofereçam um acesso igualitário às tais oportunidades, limitadas à minorias sociais, é fundamental para o desenvolvimento nacional. Além de primordial para o exercício pleno da cidadania pela população, e principalmente, é o objetivo que baseia a presente pesquisa.

Logo, este artigo tem como objetivo a identificação de meios, medidas, possibilidades, e inovações, que diante da realidade do interior do Nordeste Brasileiro, possam servir como agentes de uma democratização do conhecimento. Tornando uma realidade, o potencial que a educação possui de ser um instrumento de transformação social, visto que o conhecimento é uma das principais formas das populações empobrecidas alcançarem mobilidade social.

Fundada em tais princípios, os caminhos metodologicamente usados para alcançar esses objetivos, podem ser sintetizados em: Análise interdisciplinar da situação educacional do estado da Paraíba, identificando suas demandas; Estruturação de proposta de intervenção, em metas, projetos, e objetivos; Implementação das proposições; Análise do desenvolvimento, por meio de pesquisa, relatórios, dados de progresso, etc; E a investigação dos resultados preliminares, possibilitando sob a realidade as devidas conclusões.

Nesse contexto de pesquisa, desenvolvimento, e implementação, surgem diversas discussões, como exemplo: As causas das problemáticas identificadas e as suas relações com a falta de gestão pública e interesses políticos; As possibilidades de ações e soluções, que transcendam medidas imediatistas; O debate por novos processos pedagógicos, adequados às individualidades do aluno, em contraponto à uma visão de escola como um meio de homogeneização e controle, mas sim como sendo instrumento de transformação e liberdade; Etc.

METODOLOGIA

De acordo com o propósito deste projeto, a metodologia está sendo desenvolvida seguindo as seguintes etapas:

Análise da realidade educacional na Mesorregião do Agreste Paraibano: Consiste na avaliação interdisciplinar e global de dados educacionais em conjunto com um série de indicadores sociais, como renda per capita, densidade demográfica, produto interno bruto, crescimento vegetativo, índice de desenvolvimento humano, etc. Estes, pautados pela sua relação com as principais fontes avaliadas, no caso, indicadores como: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Censo Escolar; Prova Brasil; Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (*PISA*); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENAD); Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Entre outros dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapeamento das zonas críticas: Diante dos dados fornecidos pela avaliação, é feita a enumeração das principais demandas, precariedades, e questionamentos, ressaltando os principais problemas encontrados que limitam acesso a educação de forma igualitária. E com base em tais definições, é realizado um mapeamento, identificando as localidades tidas como “zonas críticas” associadas seus principais problemas, e a partir desta, são elaboradas propostas de intervenção.

Desenvolvimento de um plano de proposta de intervenção: A partir do processo de investigação realizado, e adequado a realidade de cada local, é elaborado uma série de metas, objetivos, e preceitos, visando o desenvolvimento de um projeto que pode combater a falta de igualdade de oportunidades de aprendizagem.

Implementação das proposições: É baseado no processo logicamente ordenado para a implementação das propostas. Tendo início no planejamento de ações, e em seguida realizado por meio de: Busca por instituições de ensino parceiras no desenvolvimento dos projetos estabelecidos (parceiros sociais); Divulgação deste no entorno das áreas abrangidas pelo projeto; No caso das aulas preparatórias para o ENEM, a inscrição de alunos provenientes de escolas estaduais e municipais; Reunião com os membros do projeto e ministrantes selecionados para alinhamento das ações e organização do cronograma de aulas; Qualificação dos ministrantes através da apresentação da estrutura do ENEM e discussão dos princípios didáticos que nortearão as aulas; E a efetiva realização das aulas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Campina Grande.

Análise do desenvolvimento: Por meio de pesquisas, relatórios, questionários, dados de progresso, bem como outros inúmeros instrumentos de coleta de informações, é realizado: A investigação dos resultados preliminares, possibilitando sob a realidade as devidas conclusões; Um conjunto de coletas de informações de todos os membros envolvidos direta e indiretamente no projeto, isto é, sobre as instituições parceiras, membros da equipe, alunos inscritos, etc, sendo todos parte integrante e contribuinte para os resultados a serem obtidos.

Desse modo, os dados coletados e organizados em meio a sua execução servem como ferramenta de compreensão do tema estudado.

DESENVOLVIMENTO

Em meio ao processo de pesquisa e execução, a trajetória que permeia este artigo, iniciada em abril de 2018, possibilitou inúmeras discussões teóricas acerca da temática trabalhada.

Dentre as quais, de acordo com Araújo e Frigotto (2015), por meio de soluções ético-políticas, fomentadoras de práticas pedagógicas integradas, podemos ajudar a realizar transformações sociais que busquem minimizar disparidades. Além dessas soluções, parte também do docente, realizar fissuras nessa cadeia cruel da desigualdade. Com base nesse contexto, buscamos contribuir para oportunizar um maior acesso ao ensino superior às classes mais desfavorecidas num âmbito local por meio de uma **intervenção social**.

Bem como, acesso à educação é um direito de todos, haja vista sua garantia no Art.205 da constituição. Além disso, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) institui em seus artigos o direito à igualdade de condições para o acesso à educação, e a garantia da liberdade de aprender e ensinar, adepta as mais diversas concepções pedagógicas. Em contrapartida, tendo em vista os direitos registrados nas leis, no que se diz respeito ao acesso à educação, podemos considerar que essas leis existem tão somente no papel, assim como destacou Gilberto Dimenstein, em seu livro *O Cidadão de Papel*. Dessa forma, o que ocorre atualmente, são exatos reflexos da falta de execução do que está escrito nas leis.

Ademais, é no Brasil que se encontra um dos maiores índices de desigualdade do mundo, ocupando o 10º lugar na posição mundial, segundo os dados divulgados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do ano de 2016, tornando-se fundamental a existência de atividades sociais com o objetivo de oferecer acesso igualitário às oportunidades limitadas à minorias sociais.

Nesse sentido, sob análise da situação educacional da paraíba o ENEM é porta de entrada para o ensino superior no Brasil. Por meio desse exame, alunos de diversas classes sociais competem entre si para ter acesso a uma vaga em um curso superior gratuito. Contudo, são aqueles com melhores condições socioeconômicas são os que ocupam as melhores posições no exame. Mesmo com a criação das cotas para alunos de escolas públicas, pesquisas apontam que diversos fatores ainda contribuem para termos apenas 12% dos jovens em idade universitária cursando ensino superior, dentre elas: quantidade de vagas, *background* cultural da família e o *status* econômico. (CARVALHO e WALTENBERG, 2015).

Tendo em vista a problemática da desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior foi proposto, dentre outras medidas, esse projeto intervencionista, por meio do qual é oferecido aulas preparatórias para o ENEM para alunos de escolas públicas de modo a qualificá-los mais eficazmente, aumentando suas chances de ingresso no ensino superior gratuito. Portanto, fazem-se necessárias a adoção de medidas que busquem oferecer ao máximo de jovens o legítimo acesso à educação. É a partir desse viés que este projeto se justifica, possibilitando o acesso à educação gratuita e de qualidade a uma parcela da comunidade local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Outrossim, diante objeto de estudo que versa sobre a sociedade e suas problemáticas surge a aproximação com aquilo que por definição se baseia na relação entre uma instituição de ensino e a sociedade. Eis então a extensão acadêmica, que cumpre o importante papel de disponibilizar conhecimentos produzidos em meios acadêmicos à parcelas mais carentes da população, público historicamente alijado dos espaços de produção de saberes mais formais, e, conseqüentemente, do acesso a processos educativos que visam), determinando a esta camada social, a ocupação de espaços mais precarizados nas cadeias produtivas.

Com base nesse contexto, em consonância aos fundamentos da extensão acadêmica, surgiu a demanda de oportunizar um maior acesso ao ensino superior às classes mais desfavorecidas num âmbito local por meio de uma intervenção social. Destarte, o objetivo geral desta proposta é oferecer aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM a alunos da rede pública da cidade de Campina Grande de forma gratuita. As aulas serão ministradas, preferencialmente, por graduandos e/ou graduados provenientes de cursos superiores do IFPB, colaborando com o projeto e ao mesmo tempo obtendo qualificação através do exercício da prática docente, oportunizando o favorecimento de processos pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a realidade educação brasileira é uma consequência das inúmeras mazelas sociais desse país. Não obstante, a busca por uma educação democrática com igualdade de acesso à todos, é fundamental para um transformação social do Brasil, fundamentada em um conhecimento sustentável e em um ciclo de aprendizagem colaborativo.

Palavras-chave: Educação Brasileira; Transformação Social; Ciclo de Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

HUMAN Development Report 2016. [S.l.]: United Nations Development Programme (UNDP), 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-HDR16%20Report.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CARVALHAES, FLAVIO; RIBEIRO, CARLOS ANTONIO COSTA. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *TEMPO SOCIAL (ONLINE)*, v. 31, p. 195-233, 2019

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*. V.52 n.38 p.61-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723%3E>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil: Senado Federal, 2012. 103 p.

BRASIL. Lei da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica n. 11.892, de 29 de dez. de 2008. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.. Brasil, p. 01-10, dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, de 20 de dez. de 1996. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. Brasil, p.87, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CARVALHO, Márcia Marques de; WALTENBERG, Fábio D. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: Uma comparação entre 2003 e 2013. **Econ. Apl.** vol.19 no.2 Ribeirão Preto Apr./June 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502015000200369

DIMENSTEIN , Gilberto. O Cidadão de Papel: A Infância, a Adolescência e os Direitos Humanos no Brasil . 24. ed. Brasil: Ática, 2012. 165 p.

HUMAN Development Report 2016. [S.l.]: United Nations Development Programme (UNDP), 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-HDR16%20Report.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n.63, p.1057-1080, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>